



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRICEMA

CEP 36.525-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

Lei nº 494 de 16 de Maio de 2007.	Fundamentação legal
<p>Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2008 e dá outras providências.</p>	
<p>Disposições Preliminares</p> <p>Art.1º. São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária do exercício financeiro de 2008, compreendendo:</p> <ul style="list-style-type: none">I – as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;II – orientações básicas para elaboração da lei orçamentária anual;III – disposições sobre a política de pessoal e serviços extraordinários;IV – disposições sobre a receita e alterações na legislação tributária do Município;V – equilíbrio entre receitas e despesas;VI – critérios e formas de limitação de empenho;VII – normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;VIII – condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;IX – autorização para o Município auxiliar o custeio de despesas atribuídas a outros entes da federação;X – parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;XI – definição de critérios para início de novos projetos;XII – definição das despesas consideradas irrelevantes;XIII – incentivo à participação popular;XIV – as disposições gerais.	<ul style="list-style-type: none">- CF art.165 § 2º- LRF- LRF, art. 4º, § 2º, V
<p>Seção I</p> <p>Das Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal</p> <p>Art. 2º. Em consonância com o disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2008, especificadas de acordo com os programas e ações estabelecidos no Plano Plurianual relativo ao período de 2006–2009, são as constantes no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária de 2008 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.</p>	<ul style="list-style-type: none">- CF art. 165, §2º- CF art. 165, § 7º- Art. 4º da LRF

Pe. Jurandir Macedo Regende Coelho
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRICEMA

CEP 36.525-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

<p>§ 1º. O projeto de lei orçamentária para 2008 deverá ser elaborado em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do <i>caput</i> deste artigo.</p> <p>§ 2º. O projeto de lei orçamentária para 2008 conterá demonstrativo da observância das metas e prioridades estabelecidas na forma do <i>caput</i> deste artigo.</p>	
<p>Seção II Das Orientações Básicas para Elaboração da Lei Orçamentária Anual</p>	
<p>Subseção I Das Diretrizes Gerais</p>	
<p>Art. 3º. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas por unidades orçamentárias, funções, subfunções, programas, atividades, projetos, operações especiais, de acordo com as codificações da Portaria SOF nº 42/1999, da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e da Lei do Plano Plurianual relativo ao período 2006-2009.</p>	<ul style="list-style-type: none">- Portaria SOF nº 42/99- Portaria STN nº 163/01- CF art. 167, VI
<p>Art. 4º. O(s) orçamento(s) fiscal, da seguridade social e de investimentos discriminará(ão) a despesa, no mínimo, por elemento de despesa, conforme art. 15 da Lei nº 4.320/64.</p>	<ul style="list-style-type: none">- Lei nº 4.320/64 art. 15
<p>Art. 5º. O(s) orçamento(s) fiscal, da seguridade social e de investimentos compreenderá(ão) a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias, fundações, empresas públicas dependentes, e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que recebam recursos do Tesouro Municipal.</p>	<ul style="list-style-type: none">- CF art. 165 § 5º, I, II e III- LRF art. 50, III
<p>Art. 6º. O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será constituído de:</p> <p>I – texto da lei;</p> <p>II – documentos referenciados nos artigos 2º e 22 da Lei nº 4.320/1964;</p> <p>III – quadros orçamentários consolidados;</p> <p>IV – anexo(s) do(s) orçamento(s) fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;</p> <p>V – demonstrativos e documentos previstos no art. 5º da Lei Complementar nº 101/2000;</p> <p>VI – anexo do orçamento de investimento a que se refere o art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição Federal, na forma definida nesta Lei.</p> <p>Parágrafo único. Acompanharão a proposta orçamentária, além dos demonstrativos exigidos pela legislação em vigor, definidos no <i>caput</i>, os seguintes demonstrativos:</p> <p>I – Demonstrativo da receita corrente líquida, de acordo com o art. 2º, inciso IV da Lei Complementar nº 101/2000;</p> <p>II – Demonstrativo dos recursos a serem aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino e no ensino fundamental, para fins do atendimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal e no</p>	<ul style="list-style-type: none">- Lei nº 4.320/64, arts. 2º e 22- CF art. 165, § 5º- CF art. 100, § 1º- LRF art. 5º- LRF art. 12

Pe. Jurandir Marcio Rezende Coelho
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRICEMA

CEP 36.525-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;
III – Demonstrativo dos recursos a serem aplicados no FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação, conf. Art. 60 do ADCT, com alterações apresentadas na EC 53/2006;
IV – Demonstrativo dos recursos a serem aplicados nas ações e serviços públicos de saúde, para fins do atendimento disposto na Emenda Constitucional nº 29/2000;
V – Demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no art. 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 7º. A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do projeto de lei orçamentária de 2008, serão elaboradas a valores correntes do exercício de 2007, projetados ao exercício a que se refere.

Parágrafo único. O projeto de lei orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas, considerando os acréscimos de receita resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que implicam aumento da base de cálculo, bem como de alterações na legislação tributária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal estabelecidas nesta Lei.

Art. 8º. O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de sua proposta orçamentária, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Parágrafo único. Os órgãos da Administração Indireta e o Poder Legislativo, se for o caso, encaminharão ao Setor de Planejamento (ou Órgão Central de Contabilidade) do Poder Executivo, até 15 dias antes do prazo definido no *caput*, os estudos e as estimativas das suas receitas orçamentárias para o exercício subsequente e as respectivas memórias de cálculo, para fins de consolidação da receita municipal.

Art. 9º. O Poder Legislativo e os órgãos da Administração Indireta encaminharão ao Setor de Planejamento (ou Órgão Central de Contabilidade) do Poder Executivo, até 31 de julho de 2007, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

Art. 10. Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a evitar o comprometimento do equilíbrio orçamentário entre a receita e a despesa.

Art. 11. A lei orçamentária discriminará, no órgão responsável pelo

CF art. 100

Pe. Jurandir Marinho Rezende Coelho
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRICEMA

CEP 36.525-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

débito, as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais em cumprimento ao disposto no art. 100 da Constituição Federal.

§ 1º. Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da administração pública municipal direta e indireta submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria do Município.

§ 2º. Os recursos alocados para os fins previstos no *caput* deste artigo não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade.

Subseção II

Das Diretrizes Específicas do Orçamento de Investimento

Art. 12. O orçamento de investimento, previsto no art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição Federal, será apresentado, para cada empresa em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Parágrafo único. O detalhamento das fontes de financiamento do investimento de cada entidade referida neste artigo será feito de forma a evidenciar os recursos:

I – gerados pela empresa;

II – oriundos de transferências do Município;

III – oriundos de operações de crédito internas e externas;

IV – de outras origens, que não as compreendidas nos incisos anteriores.

Subseção III

Das Disposições Relativas à Dívida e ao Endividamento Público Municipal

Art. 13. A administração da dívida pública municipal interna e/ou externa tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o montante da dívida pública e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

§ 1º. Deverão ser garantidos, na lei orçamentária, os recursos necessários para pagamento da dívida.

§ 2º. O Município, através de seus órgãos, subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária, em atendimento ao disposto no art. 52, incisos VI e IX, da Constituição Federal.

Art. 14. Na lei orçamentária para o exercício de 2008, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas.

Art. 15. A lei orçamentária poderá conter autorização para contratação de operações de crédito pelo Poder Executivo, a qual ficará condicionada ao atendimento das normas estabelecidas na

- CF art. 165, §5º,
II

- LRF arts. 29,
30, 31e 32
- Resolução
40/2001 do
Senado Federal
- Resolução
43/2001 do
Senado Federal


Pe. Jurandir Marcio Rezende Coelho
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRICEMA

CEP 36.525-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

<p>Lei Complementar nº 101/2000 e na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.</p> <p>Art. 16. A lei orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, desde que observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar nº 101/2000 e atendidas as exigências estabelecidas na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.</p>	
<p>Subseção IV Da Definição de Montante e Forma de Utilização da Reserva de Contingência</p> <p>Art. 17. A lei orçamentária poderá conter reserva de contingência constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal e será equivalente a, no máximo, 1.00% (um por cento) da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária de 2008, destinada atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos e demais créditos adicionais.</p>	- LRF art. 5º, III
<p>Seção III Da Política de Pessoal e dos Serviços Extraordinários</p> <p>Subseção I Das Disposições Sobre Política de Pessoal e Encargos Sociais</p> <p>Art. 18. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição Federal, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, desde que observado o disposto nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.</p> <p>§ 1º. Além de observar as normas do <i>caput</i>, no exercício financeiro de 2008 as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo deverão atender as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000.</p> <p>§ 2º. Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar nº 101/2000, serão adotadas as medidas de que tratam os §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal.</p>	- LRF arts. 18 ao 23 - LRF art. 22, V - CF art. 169 - LRF, arts. 15 ao 17
<p>Subseção II Da Previsão para Contratação Excepcional de Horas Extras</p> <p>Art. 19. Se durante o exercício de 2008 a despesa com pessoal atingir o limite de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar nº 101/2000, o pagamento da realização de serviço extraordinário ou horas-extras somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejem situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.</p>	- LRF art. 22, V

Pe. Jurandir Marcio Razeo de Coelho
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRICEMA

CEP 36.525-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário para atender as situações previstas no *caput* deste artigo, no âmbito do Poder Executivo é de exclusiva competência do Prefeito Municipal Sr. Pe. Jurandir Marcio Rezende Coelho e no âmbito do Poder Legislativo é de exclusiva competência do Sr. Célio Capobiango, Presidente da Câmara Municipal.

Seção IV

Das Disposições Sobre a Receita e Alterações na Legislação Tributária do Município

Art. 20. A estimativa da receita que constará do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2008, com vistas à expansão da base tributária e conseqüente aumento das receitas próprias, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, dentre as quais:

- I – aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário-administrativos, visando à racionalização, simplificação e agilização;
- II – aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão;
- III – aperfeiçoamento dos processos tributário-administrativos, por meio da revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles internos e a eficiência na prestação de serviços;
- IV – aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária.

Art. 21. A estimativa da receita de que trata o artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, com destaque para:

- I – atualização da planta genérica de valores do Município;
- II – revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;
- III – revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;
- IV – revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- V – revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Intervivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;
- VI – instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;
- VII – revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;

- CF art. 165, § 2º
- LRF art. 14

Pe. Jurandir Marcio Rezende Coelho
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRICEMA

CEP 36.525-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

VIII – revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal;
IX – instituição, por lei específica, da Contribuição de Melhoria com a finalidade de tornar exequível a sua cobrança;
X – a instituição de novos tributos ou a modificação, em decorrência de alterações legais, daqueles já instituídos.

Art. 22. O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária somente será aprovado se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 23. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária que estejam em tramitação na Câmara Municipal.

Seção V

Do Equilíbrio Entre Receitas e Despesas

Art. 24. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar o superávit primário necessário para garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais, constante desta Lei.

Art. 25. Os projetos de lei que impliquem em diminuição de receita ou aumento de despesa do Município no exercício de 2008 deverão estar acompanhados de demonstrativos que discriminem o montante estimado da diminuição da receita ou do aumento da despesa, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2008 a 2010, demonstrando a memória de cálculo respectiva.
Parágrafo único. Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento de despesa sem que estejam acompanhados das medidas definidas nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 26. As estratégias para busca ou manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas poderão levar em conta as seguintes medidas:

I – para elevação das receitas:

a – a implementação das medidas previstas nos arts. 20 e 21 desta Lei;

b – atualização e informatização do cadastro imobiliário;

c – chamamento geral dos contribuintes inscritos na Dívida Ativa.

II – para redução das despesas:

a – implantação de rigorosa pesquisa de preços, de forma a baratear toda e qualquer compra e evitar a cartelização dos fornecedores;

- LRF art. 4º, I, a
- LRF art. 14
- LRF arts. 15, 16 e 17

Pe. Jurandir Marcia Bezende Coelho
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRICEMA

CEP 36.525-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

b – revisão geral das gratificações concedidas aos servidores.

Seção VI

Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenho

Art. 27. Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no *caput* do artigo 9º, e no inciso II do § 1º do artigo 31, da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, calculada de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2008, utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras.

§ 1º. Excluem do *caput* deste artigo as despesas que constituam obrigação constitucional e legal e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§ 2º. O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, conforme proporção estabelecida no *caput* deste artigo.

§ 3º. Os Poderes Executivo e Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, emitirão e publicarão ato próprio estabelecendo os montantes que caberão aos respectivos órgãos na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§ 4º. Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita não será suficiente para garantir o equilíbrio das contas públicas, adotar-se-ão as mesmas medidas previstas neste artigo.

Seção VII

Das Normas Relativas ao Controle de Custos e Avaliação dos Resultados dos Programas Financiados com Recursos dos Orçamentos

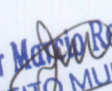
Art. 28. O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de sistema de controle de custos e a avaliação do resultado dos programas de governo.

Art. 29. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§ 1º. A lei orçamentária de 2008 e seus créditos adicionais deverão agregar todas as ações governamentais necessárias ao cumprimento dos objetivos dos respectivos programas, sendo que as ações governamentais que não contribuirão para a realização de um programa específico deverão ser agregadas num programa denominado "Apoio Administrativo" ou de finalidade semelhante.

- LRF, art. 9º e art. 31, §1º, II
- LRF, art. 9º, § 2º
- Lei nº 10.028/00 art. 5º, III

- LRF, art. 4º, I, c

Pe. Jurandir  Matos Rezende Coelho
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRICEMA

CEP 36.525-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

§ 2º. Merecerá destaque o aprimoramento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.

§ 3º. O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos e sociais.

Seção VIII

Das Condições e Exigências para Transferências de Recursos a Entidades Públicas e Privadas

Art. 30. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica que sejam destinadas:

I – às entidades que prestem atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação, esporte e cultura;

II – às entidades sem fins lucrativos que realizem atividades de natureza continuada;

III – às entidades que tenham sido declaradas por lei como sendo de utilidade pública.

Parágrafo único. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de regular funcionamento, emitida no exercício de 2008 por, no mínimo, uma autoridade local, e comprovante da regularidade do mandato de sua diretoria, certidão negativa junto ao FGTS e INSS, certidão negativa junto a Receita Federal..

Art. 31. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de auxílios e contribuições para entidades públicas e/ou privadas, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica e desde que sejam:

I – de atendimento direto e gratuito ao público, voltadas para as ações relativas ao ensino, saúde, cultura, assistência social, esportes, agropecuária e de proteção ao meio ambiente;

II – associações ou consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública municipal, e que participem da execução de programas municipais.

Art. 32. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de contribuições para entidades privadas **de fins lucrativos**, ressalvadas as instituídas por lei específica no âmbito do Município que sejam destinadas aos programas de desenvolvimento industrial.

- LRF art.4º, I, f
- LRF art. 26
- Lei nº 4.320/64, art.12, §§ 2º, 3º, 6º
- Lei nº 4.320/64, art.16 a 19 e 21
- CF/88 – art. 167, VI

Pe. Jurandir Marinho Rezende Coelho
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRICEMA

CEP 36.525-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

Art. 33. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotação para a realização de transferência financeira a outro ente da federação, exceto para atender as situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, observadas as exigências do art. 25 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 34. As entidades beneficiadas com os recursos públicos previstos nesta Seção, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento dos objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 35. As transferências de recursos às entidades previstas nos arts. 30 a 33 desta Seção deverão ser precedidas da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, devendo ser observadas na elaboração de tais instrumentos as exigências do art. 116 da Lei Federal nº 8.666/1993, ou de outra Lei que vier substituí-la ou altera-la.

§ 1º. Compete ao órgão concedente o acompanhamento da realização do plano de trabalho executado com recursos transferidos pelo Município.

§ 2º. É vedada a celebração de convênio com entidade em situação irregular com o Município, em decorrência de transferência feita anteriormente.

§ 3º. Excetuam-se do cumprimento dos dispositivos legais a que se refere o *caput* deste artigo as caixas escolares da rede pública municipal de ensino que receberem recursos diretamente do Governo Federal por meio do PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola.

Art. 36. É vedada a destinação, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de recursos para diretamente cobrir necessidades de pessoas físicas, ressalvadas as que atendam as exigências do art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 e sejam observadas as condições definidas na lei específica.

Parágrafo único. As normas do *caput* deste artigo não se aplicam a ajuda a pessoas físicas custeadas pelos recursos do Sistema Único de Saúde.

Art. 37. A transferência de recursos financeiros de um órgão para outro, inclusive da Prefeitura Municipal para os órgãos da Administração Indireta e para a Câmara Municipal, fica limitada ao valor previsto na lei orçamentária anual e em seus créditos adicionais.

Parágrafo único. O aumento da transferência de recursos financeiros de um órgão para outro somente poderá ocorrer

Pe. Jurandir Márcio Rezende Coelho
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRICEMA

CEP 36.525-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

<p>mediante prévia autorização legislativa, conforme determina o art. 167, inciso VI da Constituição Federal.</p>	
<p>Seção IX Da Autorização para o Município Auxiliar no Custeio de Despesas de Competência de Outros Entes da Federação</p>	
<p>Art 38. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações para que o Município contribua para o custeio de despesas de competência de outro ente da federação, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica e que sejam destinadas ao atendimento das situações que envolvam claramente o interesse local.</p> <p>Parágrafo único. A realização da despesa definida no <i>caput</i> deste artigo deverá ser precedida da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, de acordo com o art. 116 da Lei Federal nº 8.666/1993.</p>	<p>- LRF art. 62 - CF art. 241</p>
<p>Seção X Dos Parâmetros para a Elaboração da Programação Financeira e do Cronograma Mensal de Desembolso</p>	
<p>Art. 39. O Poder Executivo estabelecerá por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2008, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, respectivamente, nos termos dos arts. 13 e 8º da Lei Complementar nº 101/2000.</p> <p>§ 1º. Para atender ao <i>caput</i> deste artigo, os órgãos da administração indireta do Poder Executivo e o Poder Legislativo encaminharão ao Órgão Central de Contabilidade do Município, até 15 (quinze) dias após a publicação da lei orçamentária de 2008, os seguintes demonstrativos:</p> <p>I – as metas mensais de arrecadação de receitas, de forma a atender o disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101/2000;</p> <p>II – a programação financeira das despesas, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000;</p> <p>III – o cronograma mensal de desembolso, incluídos os pagamentos dos restos a pagar, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000.</p> <p>§ 2º. O Poder Executivo deverá dar publicidade às metas bimestrais de arrecadação, à programação financeira e ao cronograma mensal de desembolso, no órgão oficial de publicação do Município até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2008;</p> <p>§ 3º. A programação financeira e o cronograma mensal de desembolso de que trata o <i>caput</i> deste artigo deverão ser elaborados de forma a garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.</p>	<p>- LRF art. 8º - LRF art. 13</p>
<p>Seção XI Da Definição de Critérios para Início de Novos Projetos</p>	
<p>Art. 40. Além da observância das metas e prioridades definidas nos</p>	<p>- LRF art. 5º, § 5º - CF art. 167, § 1º</p>

Pe. Jurandir Mareto Rezende Coelho
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRICEMA

CEP 36.525-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

<p>termos do artigo 2º desta Lei, a lei orçamentária de 2008 e seus créditos adicionais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000, somente incluirão projetos novos se:</p> <p>I – estiverem compatíveis com o Plano Plurianual de 2006-2009 e com as normas desta Lei;</p> <p>II – tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento;</p> <p>III – estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;</p> <p>IV – os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito.</p> <p>Parágrafo único. Considera-se projeto em andamento para os efeitos desta Lei, aquele cuja execução iniciar-se até a data de encaminhamento da proposta orçamentária de 2008, cujo cronograma de execução ultrapasse o término do exercício de 2007.</p>	<p>- LRF art. 45</p> <p>- LRF art. 48</p>
<p>Seção XII Da Definição das Despesas Consideradas Irrelevantes</p> <p>Art. 41. Para fins do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse os limites previstos nos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/1993, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.</p>	<p>- LRF art. 16, § 3º</p>
<p>Seção XIII Do Incentivo à Participação Popular</p> <p>Art. 42. O projeto de lei orçamentária do Município, relativo ao exercício financeiro de 2008, deverá assegurar a transparência na elaboração e execução do orçamento.</p> <p>Parágrafo único – O princípio da transparência implica, além da observância do princípio constitucional da publicidade, na utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.</p> <p>Art. 43. Será assegurada ao cidadão a participação nas audiências públicas para:</p> <p>I – elaboração da proposta orçamentária de 2008, mediante regular processo de consulta;</p> <p>II – avaliação das metas fiscais, conforme definido no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101/2000, ocasião em que o Poder Executivo demonstrará o comportamento das metas previstas nesta Lei.</p>	<p>- LRF art. 48</p>
<p>Seção XIV Das Disposições Gerais</p> <p>Art. 44. As categorias de programação, aprovadas na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser</p>	<p>- CF art.167, VI e VIII</p> <p>- CF art. 165, § 8º</p>

Pe. Jurandir Marcio Rezende Coelho
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRICEMA

CEP 36.525-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

modificadas por transposição, remanejamento ou transferência, justificadamente, para atender às necessidades de execução, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, através de Decreto do Poder Executivo.

Art. 45. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá de prévia autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964 e da Constituição Federal.

§ 1º. A lei orçamentária conterà autorização e disporá sobre o limite para a abertura de créditos adicionais suplementares.

§ 2º. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostos.

Art. 46. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivada mediante decreto do Prefeito Municipal, utilizando os recursos previstos no art. 43 da Lei nº 4.320/1964.

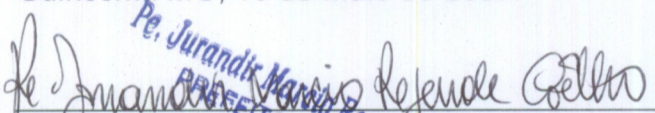
Art 47. O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de lei orçamentária anual enquanto não iniciada a sua votação, no tocante as partes cuja alteração é proposta.

Art. 48. Em atendimento ao disposto no art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101/2000, integram a presente Lei os seguintes anexos:

- I – Anexo de Metas e Prioridades;
- II – Anexo de Metas Fiscais;
- III – Anexo de Riscos Fiscais.

Art. 49. Esta Lei entra em vigor em 01/01/2008, revogando-se as disposições em contrário.

Guiricema MG, 16 de Maio de 2007.


Pe. Jurandir Márcio Rezende Coelho
Prefeito Municipal

- CF art. 167, II
- LRF art. 16
- LRF art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º
- Lei nº 4.320/64 arts. 40 a 46
- Lei nº 4.320/64 art. 7º, I



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRICEMA

CEP 36.525-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO DE METAS E PRIORIDADES PARA O EXERCÍCIO DE 2008.

01 CAMARA MUNICIPAL

- MANUTENÇÃO DE PAGAMENTO DE AGENTES POLÍTICOS;
- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA CAMARA MUNICIPAL;
- INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO;
- CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PREDIO/INSTALAÇÕES;
- AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES.

02 PREFEITURA MUNICIPAL

- MANUTENÇÃO DO PAGAMENTO DE AGENTES POLÍTICOS
- MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO
- MANUTENÇÃO DO CONTROLE INTERNO DO MUNICÍPIO
- MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
- MANUTENÇÃO DO SETOR DE TESOUREARIA
- MANUTENÇÃO DO SETOR DE TRIBUTAÇÃO
- MANUTENÇÃO DO SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
- PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS TRABALHISTA
- MANUT. DO CONV. COM A POLÍCIA DE MEIO AMBIENTE
- REM. DO SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
- MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO COM A POLÍCIA MILITAR
- MANUTENÇÃO DO SETOR DE SECRETARIA E PROTOCOLO
- MANUTENÇÃO DO SETOR DE CONTABILIDADE
- MANUTENÇÃO DO SETOR DE PESSOAL
- REMUNERAÇÃO DO SECRETARIO DE FINANÇAS
- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE
- PAGAMENTO DO SECRETARIO MUNICIPAL DE SAÚDE
- MANUT. DAS ATIV. DA SEC. DE TRANSPORTE E OBRAS PÚBLICAS
- MANUTENÇÃO DO SETOR DE LIMPEZA PÚBLICA
- MANUTENÇÃO DA USINA DE RECICLAGEM DE LIXO
- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CEMITÉRIO
- MANUTENÇÃO DO SETOR DE ESTRADAS VICINAIS
- MANUT. DO SETOR DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. DE AGRICULTURA
- REMUNERAÇÃO DO SECRETÁRIO DE AGRICULTURA
- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO
- MANUTENÇÃO DO CONV. COM A POLÍCIA CIVIL
- REMUNERAÇÃO DO SECRETARIO MUNICIPAL DE OBRAS
- MANUTENÇÃO DO SETOR DE PATRIMÔNIO E URBANISMO

ATENÇÃO À SAÚDE DO MUNICÍPIO

- TRANSFERÊNCIA AO FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE
- CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ATENDIMENTO NA ZONA RURAL
- MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE EPIDEMIOLOGIA
- IMPLANTAÇÃO DO DEP. DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
- MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA
- ATEND. A POPULAÇÃO COM DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS
- ATENDIMENTO A POPULAÇÃO COM CONSULTAS E EXAMES
- MANUTENÇÃO DAS ATIV. MED. ODONTOLÓGICAS E AMBULATORIAIS

Pe. Jurandir Márcio Rezende Coelho
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRICEMA

CEP 36.525-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

ASSISTÊNCIA AO IDOSO

- AQUISIÇÃO DE TERRENO PARA CONSTRUÇÃO DE ASILO
- CONSTRUÇÃO DE ASILO MUNICIPAL
- ASSISTÊNCIA AO IDOSO

ATEND. A PESSOAS PORTADORA DE DEFICIÊNCIA FÍSICA

- ATENDIMENTO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E ADOLESCENTE

- FUNDO MUNIC. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
- MANUT. DO CONSELHO TUTELAR DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL

- MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
- DISTRIBUIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS
- DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO
- AUXÍLIO FUNERAL
- AUXÍLIO COM PASSAGENS RODOVIÁRIAS

ATENDIMENTO AO ENSINO GERAL

- MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
- MANUTENÇÃO DO PAGAMENTO DO SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO
- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS-EJA
- SUBVENÇÃO A APAE DE VISCONDE DO RIO BRANCO

EDUCAÇÃO INFANTIL

- CONSTRUÇÃO DA CRECHE MUNICIPAL
- AQUISIÇÃO DE TERRENO PARA CONSTRUÇÃO DA CRECHE
- AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA CRECHE
- MANUTENÇÃO DO PRÉ ESCOLAR

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

- DISTRIBUIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR REC. PRÓPRIO
- MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR REC. DE CONVÊNIO

ATENDER AO ENSINO FUNDAMENTAL

- AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR
- AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR REC. DE CONVÊNIO
- MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
- MANUTENÇÃO DAS DESPESAS COM SALÁRIO EDUCAÇÃO
- MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL REC. FUNDEB
- MANUTENÇÃO DE PAGAMENTO COM DOCENTES DO MAGISTÉRIO
- MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR PNATE
- MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR RECURSOS PRÓPRIOS
- MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR-FUNDEB
- MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL
- MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA

DIFUSÃO CULTURAL

- AQUISIÇÃO DE LIVROS PARA A BIBLIOTECA

LIMPEZA URBANA

- AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA LIMPEZA PÚBLICA

MANUTENÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO

- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO TERMINAL RODOVIÁRIO

SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

- MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA TORRE DE TV

Pe. Jurandir Marcelo Rezende Coelho
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRICEMA

CEP 36.525-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

ILUMINAÇÃO PÚBLICA

- MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS

- ABERTURA E REABERTURA DE ESTRADAS VICINAIS
- CONST. E REF. DE PONTES E BUEIROS NA ZONA RURAL
- CASCALHAMENTO DE ESTRADAS VICINAIS

OBRAS PÚBLICAS

- PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA
- REFORMAS DE CALÇAMENTOS E ASFALTO
- CALÇAMENTOS DE RUAS
- CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE PRAÇAS PÚBLICAS
- AMPLIAÇÃO E REF. NA USINA DE RECICLAGEM DE LIXO
- AQUISIÇÃO DE TERRENO PARA AMP. DA USINA DE REC. DE LIXO
- CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES
- AQUISIÇÃO DE TERRENO PARA CONST. DE CASAS POPULARES
- CONSTRUÇÃO E EXTENSÃO DE REDE ELÉTRICA
- CONST. AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE REDE DE ÁGUA PLUVIAL
- CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS DE REDE DE ÁGUA
- CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMAS NA REDE DE ESGOTO
- AQUIS. DE TERRENO P/ AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL
- CONSTRUÇÃO DE CAPELA MORTUÁRIA MUNICIPAL
- CONST. DE POÇOS ARTESIANOS NOS DISTRITOS E POVOADOS

DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO

- CONTRIBUIÇÃO A EMATER
- CONSTRUÇÃO DE IMÓVEL PARA RESFRIADORES DE LEITE
- CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE REDE ELÉTRICA RURAL
- IMPLANTAÇÃO DE HORTO FLORESTAL

PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

- ARBORIZAÇÃO DE RUAS

03- INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE GUIRICEMA-MG

- MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO
- MAN. DE PAGAMENTO COM INATIVOS E PENSIONISTAS
- MANUTENÇÃO DE PAGAMENTO COM SALÁRIO FAMÍLIA
- MANUTENÇÃO DO PAGAMENTO COM AUXÍLIO FUNERAL RECLUSÃO

Pe. Jurandir Marcio Rezende Coelho
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUIRICEMA

CEP 36.525-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO DE METAS PARA O EXERCÍCIO DE 2008.

EM REAIS

RECEITA TRIBUTÁRIA

IMPOSTOS..... 257.200,00

TAXAS..... 67.200,00

CONT. ECONOMICAS..... 160.000,00

RECEITA PATRIMONIAL 20.000,00

RECEITA IND. TRANSFORMAÇÃO... 5.550,00

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

TRANSF. INTERGOVERNAMENTAIS.... 7.192.500,00

TRANSF. DE PESSOAS..... 26.000,00

OUTRAS REC. CORRENTES..... 35.500,00

INDENIZACÕES E RESTITUIÇÕES..... 3.300,00

TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES..... 7.767.200,00

RECEITAS DE CAPITAL

TRANSF. DE CONVENIOS 553.875,00

TOTAL DE ARRECADAÇÃO PARA 2008..... 8.321.075,00

Foi aplicado uma atualização de 5,0 % (cinco por cento) em relação a arrecadação prevista para 2007.

Pe. Jurandir Marcos Bezende Coelho
PREFEITO MUNICIPAL